



EXMO. SR. DR. DES. RELATOR FERNANDO FERREIRA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Processo n.º 0042617-74.2019.8.17.2001

**CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE ROBERTO DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

É notório n. Julgador que a preliminar das contrarrazões da parte adversa é completamente protelatória e pálida de fundamentação, conforme a seguir exposto.

Segundo a boa diutrina, “pode-se conceituar inovação recursal como o fenômeno caracterizado pela presença, no recurso, de **argumentos jurídicos não discutidos na instância originária, malferindo o princípio da ampla defesa**, que na instância revisora deve prevalecer sobre o princípio *iura novit curia*, implicando o não conhecimento da argumentação inovadora”.

Basta uma simples leitura na petição de ID2647731, para verificar que a matéria foi suscitada em sede de cognição, vejamos:

ApCiv 0042617-74.2019.8.17.2001  
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS X JOSE ROBERTO DA SILVA

15268049 - Petição em PDF (2647731 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL 02)  
Juntado por ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR em 15/10/2020 15:42:37

06 nov 2020

15268051 - Certidão  
15268052 - Aviso de recebimento (AR) (42617 74.2019 JOSE ROBERTO 14A)  
10:51

15 out 2020

15268048 - Petição  
15268049 - Petição em PDF (2647731 IMPUGNACAO AO LAUDO PERICIAL 02)  
15268050 - Outros (Documento) (ANEXO 1)  
15:42

02 out 2020

15268047 - Petição (Manifestação do laudo)  
11:08

15268046 - Intimação

2 de 6

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT, conforme demonstrado abaixo:

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEICULO (OUTROS TIPO DE OBJETO) de propriedade do(s) Sr(a): JOSE ROBERTO DA SILVA, c em posse do(s) Sr(a): JOSE ROBERTO DA SILVA  
Categoria/Marca/Modelo: NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO Objeto apreendido: NÃO  
Quantidade: (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Complemento / Observação

RELATA A VITIMA QUE ESTAVA CONDUZINDO A SUA MOTOCICLETA DE PLACA PDA-9881, NO LO

CITADO, QUANDO PERDEU O CONTROLE DO VEICULO COLIDINDO COM A BARRICADELA. APRESA O SOFREU LESAO NA REGIAO DO BRACO DIREITO, SEM COMO NA REGIAO DA CABECA. APRESA O SOCORRIDO PELO SAMU PARA O HOSPITAL DA RESTAURACAO ONDE RECEBEU ATENDIMENTO.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br

Inclusive i. Relator a matéria foi debatida na d. Sentença pelo magistrado Singular, vejamos trecho:

Não há como falar em inépcia da inicial em razão da ausência de laudo pericial do IML quando outros documentos são suficientes para atestar o nexo de causalidade. Preliminar rejeitada, portanto.

Ademais, válido salientar que o seguro social é devido independentemente da situação de adimplência ou não do prêmio, conforme já decidido no STJ.

A tese da seguradora, portanto, não se sustenta. A Súmula 257 do STJ não faz qualquer menção à hipótese de impossibilidade de pagamento de indenização ao proprietário do veículo que se encontrava inadimplente com o pagamento do seguro DPVAT, inviável o acolhimento da tese sustentada pela seguradora.

A perícia realizada pela expert é suficiente para definir o direito do promovente à indenização perseguida. As lesões apresentadas e que decorreram do acidente indicam, sim, uma lesão no membro superior direito, enquadrada em grau intenso.

Aplicável a regra prevista no art. 5º, §1º, I e II, *in verbis*:

Assim, não há que se falar em inovação recursal vez que a matéria foi submetida e objeto de debate no Juízo de Cognição.

Ante o exposto requer o não acolhimento da preliminar suscitada nas contrarrazões do recurso e o recebimento do recurso de apelação.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

RECIFE, 3 de maio de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PE 4246**

**ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**  
**30225 - OAB/PE**